



NOVELA SEM FIM

Município de 65 mil habitantes recebeu R\$ 7,48 milhões do governo federal

Kits robótica continuam encaixotados em escolas de União dos Palmares



VALORIZAÇÃO

O reajuste será implementado de maneira gradual

Governador anuncia reajuste salarial de 5,79% para servidores estaduais



É OFICIAL

Medida visa proteger pessoas superendividadadas e estimular a economia

Lula amplia “Mínimo Existencial” para R\$ 600 e possibilita repactuação de dívidas



INVEJA E DIFAMAÇÃO

Senador tenta maquiar sua inexpressividade com ataques a deputado

Sem nada a mostrar no Senado, Rodrigo Cunha dispara “críticas” a Marcelo Victor



É SÃO JOÃO!

Prefeitura de Maceió promove iniciativa para celebrar os festejos juninos

Trenzinho do Forró leva animação junina à orla de Maceió



É SÓ ROLO!

Prefeito é suspeito de participar de venda ilegal de uma área pública

Câmara de Rio Largo recebe pedido para investigar Gilberto Gonçalves



OPERAÇÃO LOKI

Investigações revelaram que a organização criminosa possuía diversos núcleos de atuação

Polícia Civil desmantela esquema de fraudes em concursos públicos



EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Chernobyl de Maceió

A manifestação do senador Renan Calheiros (MDB) contra a proposta de instalação de um terminal de ácido sulfúrico no Porto de Maceió, em Alagoas, merece atenção e reflexão. Calheiros, conhecido por suas posições firmes e polêmicas, direcionou críticas ao prefeito JHC (PL) e ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), afirmando que ambos desconsideraram as vítimas da Braskem ao apoiar a construção do terminal, comparando a situação com o desastre de Chernobyl.

A preocupação de Renan Calheiros em relação à instalação do terminal é legítima. Segundo uma reportagem do jornalista Carlos Madeiro, do portal UOL,

o projeto envolve a construção de um tanque gigantesco para armazenar ácido sulfúrico, o qual seria localizado em uma área urbana próxima aos corais da praia de Pajuçara. Essa proximidade suscita preocupações quanto aos impactos ambientais e à segurança da população local. Ao mencionar a tragédia de Chernobyl,

Renan Calheiros busca destacar as potenciais consequências negativas que uma instalação inadequada pode trazer para a região.

O desastre nuclear ocorrido em 1986 deixou um legado de destruição

e problemas de saúde, mostrando como decisões equivocadas podem afetar gravemente a vida das pessoas e o meio ambiente. Nesse sentido, o senador levanta uma importante questão sobre a responsabilidade dos líderes políticos em proteger a segurança e o bem-estar da população.

O debate sobre a instalação do terminal de ácido sulfúrico no Porto de Maceió deve envolver diferentes perspectivas e considerar os impactos econômicos, sociais e ambientais. É necessário buscar soluções que equilibrem o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, garantindo a segurança da população e a sustentabilidade a longo prazo.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Gaspar quer castração química para agressor sexual; advogado diz que é inconstitucional

O deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) apresentou, na semana passada, Projeto de Lei para que estuprodores/agressores sexuais sejam castrados quimicamente.

“O condenado só terá direito ao livramento condicional se aceitar voluntariamente a castração para a diminuição do ímpeto sexual e da libido”, diz Gaspar em sua conta no Instagram.

A ideia é que com essa punição ocorra redução na reincidência em crimes sexuais no Brasil.

Para o advogado Leonardo de Moraes, “A castração química, mesmo nos crimes sexuais, é medida absolutamente inconstitucional. É possível punir garantindo o mínimo de dignidade a qualquer ser humano. A gravidade do crime é medida pelo tempo da pena, e não por sua crueldade”.



Segundo ele, “O nome Estado Democrática de Direito quer dizer, dentre outras finalidades, que o Estado tem limites ao exercício do direito de punir. Vale dizer, a punição criminal é função exclusiva do Poder Público, po-

rém é exercida com limites”.

O advogado - que é professor e especialista em Direito Criminal, diz ainda que “Qualquer pena que viole a dignidade da pessoa humana ou seja cruel, fere de morte a Constituição Federal”.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

Marcelo San
Diagramação e Artes
cinemakoone@gmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

LEI

É preciso entender muito o tema para poder combater tais práticas

Empresas podem ser associadas a trabalho análogo ao escravo sem saber - veja como prevenir

O trabalho análogo à escravidão vem ganhando cada vez mais visibilidade no Brasil, em razão do crescente número de casos. Isso também chama a atenção das empresas, que precisam estar atentas às condições a que são expostos seus colaboradores, principalmente, seus terceirizados, pois, também nesses casos, são corresponsáveis por esses atos.

E não adianta, depois que os casos ocorrem, buscar afirmar que não sabiam, pois terão que responder judicialmente, e na grande maioria das vezes com razão. Além de ter que enfrentar um grande desgaste para a marca, que se vê prejudicada, impactando nos resultados dos negócios. Ou seja, é preciso entender muito o tema para poder combater tais práticas.

“O tema é complexo para empresas, pois tem as questões criminais e trabalhistas que são muito graves e, além disso, o desgaste da imagem quando enfrenta uma crise gerada pela denúncia de trabalho escravo. Nos últimos anos, temos visto diversos casos de eventos que prejudicaram a imagem de empresas, o que demanda tempo e muito trabalho para recuperar o valor perdido pela marca”, alerta Rosa Sborgia, sócia da Bicudo e Sborgia Marcas e Patentes.

O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO É AQUELE QUE RESULTA DAS SEGUINTE SITUATÓES:

submissão do colaborador a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva;



sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho;

vigilância ostensiva a fim de retê-lo no local de trabalho;

restrição da locomoção do trabalhador (por dívida contraída, impedimento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador ou por qualquer outro meio com o fim de retê-lo no local de trabalho);

posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou de seu preposto, a fim de retê-lo no local de trabalho.

Informação

É uma ferramenta essencial para a tomada de decisões importantes...

mas, apenas se forem:

- Notícias precisas
- Análises abrangentes
- e uma visão imparcial dos eventos atuais em Alagoas

GI GRANDE IMPRENSA ALAGOAS

SOMOS UM GRUPO DE EMPREENDEDORES NA PRODUÇÃO, GERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO. REPRESENTAMOS HOJE A MAIOR TIRAGEM SEMANAL DE EXEMPLARES DE JORNAIS IMPRESSOS DO ESTADO. ESTAMOS EM VÁRIAS PLATAFORMAS: SITES, JORNAIS DIGITAIS, BLOGS



GRANDE IMPRENSA ALAGOAS



Essa informação vale ouro!



INVEJA E DIFAMAÇÃO

Senador tenta maquiagem sua inexpressividade com ataques a deputado

Sem nada a mostrar no Senado, Rodrigo Cunha dispara "críticas" a Marcelo Victor

O deputado estadual Marcelo Victor tem se destacado como uma figura política influente e atuante em Alagoas, trabalhando para o desenvolvimento do estado. No entanto, apesar de seu trabalho, suas conquistas têm sido alvo de críticas infundadas por parte do senador Rodrigo Cunha.

Cunha, representante de Alagoas no Senado Federal, tem demonstrado pouco engajamento em suas responsabilidades políticas e, ao invés de focar em seu próprio trabalho, opta por criticar o desempenho de outros políticos comprometidos com o avanço do estado.

Em declaração feita no Canhão PodCast, na segunda-feira, 19, Cunha expressou sua preocupação com a influência de Marcelo Victor e o responsabilizou pela escolha do atual governador, Paulo Dantas. No entanto, Cunha parece ter esquecido de mencionar que a escolha de Dantas ocorreu no dia 15 de



maio pela Assembleia Legislativa de Alagoas, com a participação de todos os deputados estaduais.

Paulo Dantas recebeu um total de 21 votos, sendo eleito para ocupar o cargo deixado por Renan Filho. Além disso, é importante ressaltar que Dantas foi eleito novamente em novembro, dessa vez em votação popular, onde derrotou o próprio Ro-

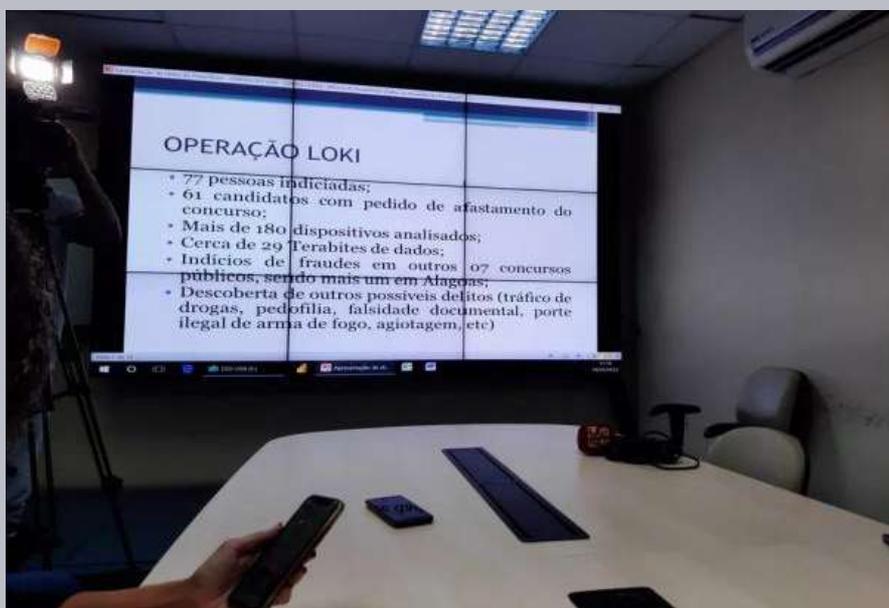
drigo Cunha na disputa pelo cargo de governador.

É lamentável que o senador Cunha opte por atacar a figura de Marcelo Victor, ignorando suas conquistas e a vontade popular expressa nas eleições. Ao invés de focar em seus próprios compromissos políticos e no trabalho em prol de Alagoas, Cunha parece preferir desmerecer os esforços alheios.

OPERAÇÃO LOKI

Investigações revelaram que a organização criminosa possuía diversos núcleos de atuação

Polícia Civil desmantela esquema de fraudes em concursos públicos



Nesta terça-feira (2), a Divisão Especial de Investigação e Capturas (Deic), da Polícia Civil de Alagoas, deflagrou a segunda fase da Operação Loki, com o objetivo de desar-

ticular uma organização criminosa envolvida em fraudes a concursos públicos nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Ao todo, 16 mandados de busca e apreensão foram cumpridos.

Sob a coordenação do delegado Igor Diego, a ação policial foi dividida em dois núcleos de atuação. Em Alagoas, as diligências ocorreram nas cidades de Maceió, Joaquim Gomes, Colônia Leopoldina e Arapiraca. Já em Pernambuco, as investigações se concentraram nas cidades de Recife, São Lourenço da Mata, Toritama e Limoeiro.

Durante a operação, diversos equipamentos eletrônicos, incluindo celulares e notebooks, foram apreendidos como evidências. As investigações, que duraram mais de oito meses, tiveram início com a primeira fase da Operação Loki, que apurou fraudes nos concursos públicos da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros em Alagoas.

Desta vez, a ação policial concentrou-se nos responsáveis por angariar clientes e organizar as fraudes. A Polícia Civil de Alagoas contou com o apoio da Polícia Civil de Pernambuco, por meio de agentes da Drac-

co, que atuaram sob a coordenação da delegada Viviane Santa Cruz.

As investigações revelaram que a organização criminosa possuía diversos núcleos de atuação, incluindo os aliciadores, o líder responsável por estabelecer os valores a serem pagos pelos candidatos, indivíduos que se inscreviam nos concursos para obter as provas ou fotografá-las, pessoas encarregadas de responder às provas e um fornecedor de equipamentos, como pontos eletrônicos e cartões magnéticos, responsável por transmitir as respostas aos candidatos.

Na primeira fase da Operação Loki, 12 pessoas foram presas, incluindo um dos líderes do grupo, um ex-policia militar alagoano, capturado na cidade de João Pessoa, na Paraíba. A continuidade das ações demonstra o empenho das autoridades na repressão a esse tipo de crime que compromete a lisura dos concursos públicos e a confiança da sociedade nas instituições.

É SÃO JOÃO!

Prefeitura de Maceió promove iniciativa para celebrar os festejos juninos

Trenzinho do Forró leva animação junina à orla de Maceió

Nesta terça-feira (20), a partir das 18h30, terá início a primeira viagem do Trenzinho do Forró, uma emocionante experiência proposta pela Prefeitura de Maceió. Durante a programação do evento Massayó... Sol, Mar, Forró 2023, moradores locais e turistas terão a oportunidade de desfrutar de um passeio encantador pela orla da cidade, embalados pelo tradicional forró pé-de-serra.

Ao som do triângulo, zabumba e sanfona, os passageiros do Trenzinho do Forró poderão se divertir ao ritmo dos clássicos desse gênero musical tão apreciado em todo o Nordeste. A iniciativa busca resgatar as tradições juninas e proporcionar uma experiência única aos participantes.

O embarque para o Trenzinho do Forró acontecerá na Vila Iluminada, localizada em Jaraguá, e partirá dali em direção à orla. Durante o percurso, serão realizadas duas paradas estratégicas para embarque e desembarque de passageiros: a primeira na Feirinha da Pajuçara e a segunda no Espaço Maceió é Massa (Antigo Alagoinhas). Após a aventura pelo litoral, o retorno da viagem está previsto para a Vila Iluminada.



PARA TODOS

A Baía dos Cavalos, localizada no acesso ao Vale do Reginaldo e que abriga os estábulos dos carroceiros e catadores de recicláveis da região, finalmente será iluminada. Essa iniciativa faz parte de uma série de ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Maceió, que busca levar melhorias às populações mais vulneráveis, atingindo lugares que nunca haviam sido contemplados anteriormente na história do município.

Os serviços de iluminação serão executados pela Autarquia Municipal de Iluminação Pública de Maceió (Ilumina). O projeto inclui a instalação de iluminação em toda a extensão da rua onde se encontram as áreas destinadas ao abrigo dos animais, como cavalos, burros e mulas. Serão utilizados 10 postes de concreto, com uma rede multiplexada de 447 metros. Cada poste será equipado com um braço de IP, no qual serão instaladas luminárias LED de 120W.

Segundo Camila Porciúncula, diretora-presidente da Ilumina, a demanda por iluminação nessa região está alinhada com as prioridades da gestão do prefeito JHC, que busca atender às pessoas em situação de vulnerabilidade social, como os carroceiros. “Essas pessoas e seu trabalho, que são fontes de renda, não serão mais invisíveis.



Elas desempenham um papel muito importante na sociedade, e estamos extremamente felizes em fornecer, pela primeira vez, uma

iluminação pública de qualidade, com tecnologia LED, para essas famílias e para essa localidade.”

A escolha das luminárias LED,

de acordo com a diretora, deve-se às suas características de eficiência energética, longa vida útil e alta qualidade de iluminação.

População vulnerável é beneficiada com melhorias no acesso ao Vale do Reginaldo

Baía dos Cavalos recebe iluminação pública em ação da Prefeitura de Maceió

JUSTIÇA

No caso analisado, oito pessoas ajuizaram a ação anulatória de testamento

Valor da causa na ação anulatória de testamento deve ser baseado no patrimônio



A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que na ação anulatória de testamento o valor da causa pode ser fixado tendo como base o valor líquido do acervo patrimonial apurado a partir das primeiras declarações prestadas na ação de inventário dos bens deixados pelo testador, sendo vedada a fixação do valor da causa em quantia muito inferior àquela desde logo estimável.

Segundo o colegiado, ainda que a fixação por estimativa seja amplamente aceita pela jurisprudência do STJ, em especial nas hipóteses em que é incerto o proveito econômico pretendido com a ação, esse tipo de atribuição não significa discricionariedade ou arbitrariedade das partes em con-

ferir à causa qualquer valor.

“O fato de o testamento não ter conteúdo econômico imediatamente aferível ou quantificável, dificultando a identificação sobre o exato valor desse negócio jurídico e, conseqüentemente, do exato valor da causa na ação que se pretende anulá-lo, não dispensa as partes do dever de atribuir à causa valor certo, ainda que baseado apenas em estimativa”, afirmou a relatora, ministra Nancy Andrighi.

No caso analisado, oito pessoas ajuizaram a ação anulatória de testamento, atribuindo à causa, sem que fosse especificado nenhum critério para a estimativa, o valor de mil reais. Após o juízo de primeiro grau ajustar este valor para R\$ 1,6 milhão, o Tribunal de Justiça

de Alagoas (TJAL) o reduziu para R\$ 1,3 milhão. Para o TJAL, este valor corresponderia à estimativa do valor líquido do acervo patrimonial deixado pelo testador.

No recurso dirigido ao STJ, os autores alegaram que, como não haveria conteúdo econômico imediato na ação anulatória de testamento, seria incabível a atribuição do valor da causa nos moldes feitos tanto pela primeira quanto pela segunda instância. Contestaram, também, a aplicação de multa pela ausência de recolhimento de custas processuais na hipótese em que não houve deferimento da gratuidade judiciária e tampouco incidente de impugnação à gratuidade judiciária.

NO SENADO



O relatório ressalta a conduta de Cristiano Zanin como advogado junto ao STF

Davi confirma para quarta sabatina de Zanin, indicado ao Supremo

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), confirmou para a próxima quarta-feira (21) a sabatina do advogado Cristiano Zanin, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A arguição está marcada para as 10h. Nesta quinta-feira (15), o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) leu o relatório à mensagem (MSF 34/2023), encaminhada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Neste tipo de proposição, o relator não se manifesta a favor ou contra a indicação da autoridade.

O parlamentar se limita a analisar se a mensagem presidencial atende a critérios objetivos definidos pela Constituição. No caso dos ministros do STF, a Carta Magna exige mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, notável saber jurídico e reputação ilibada. Para Veneziano Vital do Rêgo, o integrante do Poder Judiciário “deve sempre lembrar de ter e manter equilíbrio,

senso de justiça, independência e imparcialidade”. — Quem julga deve reconhecer os limites que suas decisões podem alcançar, ou seja, não se permitir aos extrapolações que, às vezes, se mostrem perigosas e que fazem periclitarem as bases firmes nas quais fincam-se as instituições democráticas.

Julgar é, portanto, estar desassombrado ante a quaisquer investidas insurgentes e perturbadoras originadas dos que descomprometidos estejam com a solidez dos postulados republicanos — afirmou. O relator destacou a carreira acadêmica e profissional de Cristiano Zanin. Formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1999, o indicado foi estagiário no Ministério Público e no Poder Judiciário de São Paulo. Atuou em diversos âmbitos do direito, como empresarial e falimentar, aeronáutico, marítimo, eleitoral e internacional. Também tem experiência na defesa de órgãos de mídia e em recuperação judicial.

CRIME

Ação civil pública foi ajuizada após Anvisa suspender a comercialização dos itens

Fábrica de leite sergipana usa irregularmente registro de empresa alagoana, diz MP-SE

O Ministério Público de Sergipe (MPSE) tomou uma medida enérgica ao ajuizar uma ação civil pública exigindo o recolhimento imediato dos produtos da marca Natville fabricados entre janeiro e maio de 2023. Essa medida foi tomada após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspender a comercialização, distribuição e uso desses produtos.

A suspensão ocorreu depois que o Ministério da Agricultura e Pecuária constatou que a produção de leite integral, leite desnatado (embalagem de 1 litro) e soro de leite em pó parcialmente desmineralizado 40% (embalagem de 25 kg) foi realizada sem a devida autorização do órgão, sem as devidas condições de higiene

ne e controle de qualidade.

A promotora Euza Missano, responsável pela ação, esclareceu que a medida não se restringe apenas à retirada



dos produtos, mas também ao recolhimento e substituição dos mesmos. “Tudo diz respeito à questão da se-

gurança do produto e aos protocolos sanitários para sua fabricação”, afirmou.

Além disso, Missano revelou que foi constatado que a fábrica estava utilizando o registro de outra empresa do mesmo grupo localizada em Alagoas para viabilizar a produção dos itens, quando na realidade isso estava ocorrendo em Nossa Senhora da Glória, no Alto Sertão sergipano.

A Natville informou que suspendeu a comercialização dos lotes indicados pela Anvisa desde o dia 17 de maio e implementou um programa de recall para recolhimento e substituição dos produtos. A empresa afirmou que já está tomando medidas administrativas e judiciais para lidar com a situação.

O reajuste será implementado de maneira gradual

Governador anuncia reajuste salarial de 5,79% para servidores estaduais

Na segunda-feira, 19, o governador Paulo Dantas anunciou, durante uma reunião realizada no Palácio República dos Palmares, o reajuste salarial de 5,79% para os servidores estaduais, referente à data-base de 2022. Essa medida foi resultado de negociações conduzidas com os líderes do Movimento Unificado dos Servidores, os quais buscavam uma solução viável dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O reajuste salarial será implementado de maneira gradual, conforme estabelecido na proposta acordada. A partir da folha salarial de outubro, será incorporado um percentual de 3%. Em seguida, na folha de janeiro de 2024, os 2,79% restantes serão implementados, completando assim o reajuste total.

O objetivo dessa revisão salarial é recompor as perdas inflacionárias ocorridas no ano anterior, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Durante a reunião, os servidores solicitaram ao governador que considerasse antecipar o complemento do reajuste (2,79%) para o mês de dezembro deste ano, desde que houvesse um aumento satisfatório na receita líquida do Estado.

Paulo Dantas ressaltou que as re-



ceitas do Estado foram impactadas por duas leis complementares de compensação de ICMS, resultando em um desafio financeiro. No entanto, ele reconheceu a importância de buscar a recomposição das perdas inflacionárias do ano passado e tomou a decisão pessoal de atender às demandas dos servidores.

Com esse anúncio, o governo estadual demonstra sua preocupação em

equilibrar as finanças públicas e ao mesmo tempo valorizar os servidores, garantindo uma recomposição salarial que visa adequar os vencimentos às necessidades econômicas atuais. O reajuste gradual estabelecido permite que o impacto financeiro seja absorvido de maneira planejada, buscando garantir a sustentabilidade das contas públicas.

É SÓ ROLO!

Prefeito é suspeito de participar de venda ilegal de uma área pública

Câmara de Rio Largo recebe pedido para investigar Gilberto Gonçalves



Os ativistas políticos Alex Fernandes dos Santos, Helder Cavalcante de Moura, Cícero Leonardo Terto da Silva e Marivaldo Fragozo entraram com um pedido na Câmara Municipal de Rio Largo para a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) com o objetivo de investigar o prefeito Gilberto Gonçalves. Os requerentes desejam que sejam apuradas as responsabilidades do prefeito Gonçalves em relação a uma operação fraudulenta envolvendo a venda ilegal de uma área pública pertencente ao município.

O terreno em questão, com uma extensão de 2 milhões de metros quadrados e avaliado em R\$ 68 milhões, foi vendido de forma irregular por apenas R\$ 0,25 o metro quadrado para uma empresa chamada MSL Empreendimentos LTDA, do grupo Buriti, sem que os trâmites legais adequados fossem seguidos. Tanto o prefeito quanto todos os vereadores de Rio Largo foram alvos de mandados de prisão em relação a esse caso. Em 2020, o promotor de justiça da 2ª Vara Cível de Rio Largo, juntamente com

o Procurador-Geral de Justiça de Alagoas, apresentaram um acordo de não persecução civil para encerrar o processo.

O acordo estabelecia que a MSL Empreendimentos LTDA realizaria uma obra de saneamento nos conjuntos habitacionais do bairro Brasil Novo, no valor de R\$ 15 milhões, e que os demais envolvidos pagariam multas e reconheceriam o crime. Além disso, a empresa ficaria com o terreno de mais de 2 milhões de metros quadrados. Os requerentes argumentam que a legislação que estabelece o acordo de não persecução civil determina que, caso não seja possível devolver o bem, os réus devem realizar uma reparação correspondente ao dano causado, pagar multas, reconhecer a culpa e cumprir a parte da pena a ser definida.

No entanto, no caso de Rio Largo, a empresa criminosa, ou seja, a MSL Empreendimentos LTDA, ficou com o imóvel adquirido ilegalmente para vendê-lo e obter lucro, enquanto os demais envolvidos pagaram multas e ficaram impunes, deixando o município sem a terra e apenas com o compromisso da empresa executar as obras de saneamento, as quais não correspondem nem à metade do valor real do terreno, conforme mencionado no requerimento.

O grupo de requerentes argumenta que o prefeito e os vereadores cometeram prevaricação ao não questionar o acordo prejudicial ao município. Segundo eles, Gilberto Gonçalves, ao não contestar esse acordo prejudicial para o município e toda a população, e ao ser conivente com a continuidade da ilegalidade, cometeu crime de prevaricação e renúncia dos bens e rendas públicas do município, assim como os demais envolvidos, que possuem responsabilidade legal em conjunto com o prefeito em seus respectivos cargos.

CASOS DE FAMÍLIA

Ex-mulher de Arthur Lira denuncia impunidade e teme por sua vida

Jullyene Lins sobre ex-marido deputado: vive sob manto da impunidade

Jullyene Lins, ex-mulher do deputado Arthur Lira (PP) e atual presidente da Câmara Federal, voltou a expressar nas redes sociais o seu medo de ser vítima de represálias devido às denúncias que fez contra o político alagoano. Ela também mencionou a impunidade como uma regra no país. Por meio de sua conta no Twitter, Jullyene afirmou que “não é simplesmente o medo de morrer, é saber que posso morrer e ver aqueles que hoje denuncio imperando sob o manto da impunidade!”.

Jullyene Lins tornou suas acusações públicas em uma entrevista concedida à equipe do ICL Notícias no dia 6 de junho. Segundo ela, “malotes de dinheiro” provenientes de propina eram entregues regularmente a Lira. Além disso, Jullyene detalhou o funcionamento do esquema e relatou as agressões que sofreu e ainda sofre. A ex-mulher de Lira revelou detalhes sobre o relacionamento abusivo com o político e afirmou que se mantinha constantemente em deslocamento para garantir sua segurança. Ela também mencionou que o patrimônio oculto do presidente da Câmara, Arthur Lira, provavelmente quadruplicou desde 2019. De acordo com Jullyene, naquela época, o valor estimado era de R\$ 40 milhões.

No entanto, a situação teria mudado drasticamente. “Acredito que esse valor deva ter quadruplicado, pois há apartamentos avaliados em R\$ 10 milhões, casas também no valor de R\$ 10 milhões, fazendas e gado. Não falo em números precisos porque é muito difícil. Como uma pessoa com a origem dele, com a mãe sendo professora e o pai funcionário de colégio, entra na política, cresce e de repente tem um salto tão grande?”, questionou Jullyene. Jullyene Lins foi casada com Arthur Lira até 2007 e teve dois filhos com ele.

Suas denúncias têm levantado questões sobre a impunidade no cenário político brasileiro e gerado preocupações com relação à segurança da ex-mulher do presidente da Câmara Federal.

NOVELA SEM FIM

Município de 65 mil habitantes recebeu R\$ 7,48 milhões do governo federal

Kits robótica continuam encaixotados em escolas de União dos Palmares



Segundo informações divulgadas pelo jornal Folha de S.Paulo nesta terça-feira, 20, os kits de robótica adquiridos há um ano e três meses por meio de um contrato sob suspeita de corrupção ainda estão encaixotados nas escolas municipais de União dos Palmares. O município, com uma população de 65 mil habitantes, localizado na zona da mata alagoana, recebeu um montante de R\$ 7,48 milhões do governo federal durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), por meio de emendas parlamentares de relator, para a compra desses kits por meio

de um programa do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, ligado ao Ministério da Educação.

Os equipamentos continuam nas caixas nas escolas João Costa de Oliveira, que atende 1.200 alunos do ensino fundamental e EJA, na Jairo Correia, que atende 1.115 alunos, e na escola rural Maria Mariá de Castro Sarmento, localizada no povoado de Santa Fé, com 400 alunos. No total, foram recebidos 460 kits. Autoridades como a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União estão inves-

tigando o desvio de verbas públicas e o possível favorecimento de aliados do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP). União dos Palmares recebeu a maior quantidade entre os municípios alagoanos contemplados pelo programa no ano passado.

A empresa fornecedora dos kits, a Megalic, localizada em Maceió, pertence ao pai de um vereador ligado ao grupo político de Lira. A empresa vendeu os equipamentos ao governo por um valor 420% mais alto do que o valor declarado de aquisição. Um assessor direto de Lira foi alvo de mandado de busca e apreensão pela Polícia Federal no contexto desta investigação. A compra dos kits de robótica para a Prefeitura de União dos Palmares ocorreu em março do ano passado. O prefeito da cidade, Areski Freitas Júnior, conhecido como Kil (MDB), é aliado do presidente da Câmara, que é líder do centrão e um dos idealizadores das emendas de relator, um instrumento considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A QUEDA

Ação movida pelo PDT pode levar à inelegibilidade do ex-presidente

Cada vez mais enfraquecido na política, Jair Bolsonaro já cogita ficar inelegível



O ex-presidente Jair Bolsonaro enfrentará julgamento no Supremo Tribunal Eleitoral (TSE) nesta quinta-feira (22), a partir das 9h. A ação movida pelo PDT pode levar à inelegibilidade do ex-presidente por oito anos e está relacionada à reunião que ele, na época líder do Poder Executivo e candidato à reeleição, teve com embaixadores no Palácio da Alvorada em julho de 2022. Bolsonaro é acusado de abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação para atacar o sistema eleitoral nacional próximo ao período eleitoral.

A data foi escolhida pelo presidente da Corte Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes. O julgamento está programado para ocorrer em até três sessões, podendo se estender até setembro para que o veredito seja proferido. Com o término do mandato de alguns membros do TSE, Alexandre de Moraes promoveu uma reorganização na Corte, indicando novos nomes. As datas de 27 e 29 de junho também foram reservadas para a ação.

O ministro Benedito Gonçalves, corregedor-geral eleitoral, é o relator da ação, e os demais ministros responsáveis por decidir se Bolsonaro perde seus direitos eleitorais são Cármen Lúcia,

Raul Araújo, Nunes Marques, André Ramos Tavares e Floriano de Azevedo Marques. Caso a ação condene Bolsonaro à inelegibilidade, ele se tornará o terceiro presidente brasileiro a perder o direito de ocupar cargos políticos. Os anteriores foram Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, cujas condenações foram anuladas.

O julgamento terá início com a leitura do relatório pelo relator e, em seguida, os advogados de defesa de Bolsonaro terão a oportunidade de apresentar seus argumentos. A defesa alegará que o ex-presidente não tinha intenções eleitorais ao promover o debate de ideias com os embaixadores, transmitido internamente pelo Palácio. Posteriormente, a acusação terá a oportunidade de se pronunciar. Cada lado terá 15 minutos para apresentar suas manifestações. No último sábado, Bolsonaro reconheceu que há grandes chances de não poder se candidatar nas eleições de 2026 e 2030. Durante um evento em Jundiá, que marcou a filiação de prefeitos de São Paulo ao partido PL, o ex-presidente afirmou que os indícios do resultado do julgamento não são favoráveis, mas que ele continuará tendo participação política.

TENSÃO ENTRE CACIQUES

Presidente da Câmara foi chamado de 'caloteiro' e acusado de 'desviar dinheiro público'

'Calote' e 'agressão a ex-mulher': queixa de Lira contra Calheiros chega ao Supremo



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, ingressou com uma queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o senador Renan Calheiros. Lira acusa Calheiros de injúria, difamação e calúnia devido a postagens feitas pelo senador em redes sociais. O ministro responsável por relatar o caso será André Mendonça. Recentemente, Lira também apresentou uma reclamação semelhante ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF), porém, a justiça local decli-

nou do caso, alegando imunidade parlamentar dos envolvidos.

O deputado ficou incomodado com as acusações de caloteiro, desvio de dinheiro público e agressão à ex-mulher. "Triste exemplo: Lira é caloteiro, costuma não pagar o que deve. Pior, desvia dinheiro público e bate em mulher - deu uma surra de 2h em Jullyene, a ex-esposa e mãe de seus filhos. Confesso que aprovei a Lei Maria da Penha pensando em punir meliantes como ele", escreveu Calheiros em

seu comentário.

O senador fez tais declarações após surgirem notícias de que Lira estaria em dívida com um empresário de Alagoas. O caso está em discussão judicial, enquanto Lira nega qualquer pendência financeira. O advogado de Lira afirma que "fica evidente que a postagem foi utilizada para atingir a dignidade publicamente e, por fim, macular a sua imagem perante a sociedade, por meio de conteúdo altamente calunioso, injurioso e difamatório".

É OFICIAL

Medida visa proteger pessoas superendividadas e estimular a economia brasileira

Lula amplia “Mínimo Existencial” para R\$ 600 e possibilita repactuação de dívidas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta segunda-feira, 19, a ampliação do valor do chamado “Mínimo Existencial” para R\$ 600, com o objetivo de permitir que pessoas superendividadas possam repactuar suas dívidas. A medida foi oficializada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 20.

“Ampla valor do Mínimo Existencial para R\$ 600, uma medida que aumenta a parte da renda que não pode ser cobrada no crédito consignado ou bloqueada pelas instituições financeiras em caso de superendividamento”, anunciou Lula em uma publicação no Twitter. “Essa iniciativa faz parte de uma série de esforços do nosso governo para garantir crédito e condições de consumo para o povo brasileiro, contribuindo para o aquecimento da economia.”

A elevação do Mínimo Existencial, de R\$ 303 (valor anterior) para R\$ 600 (valor anunciado), já havia sido indicada pelo governo. Ao negociar dívidas de consumo, será assegurado que o cidadão tenha pelo menos R\$ 600 (em vez de R\$ 303) protegidos para sua subsistência.

Segundo o Palácio do Planalto, o novo anúncio permitirá que cerca de 15 milhões de pessoas possam repactuar suas dívidas, fornecendo um nível mais elevado de proteção ao consumidor em casos de superendividamento.



DEFINIDO

João Melo assume como Secretário-Geral e Fabianne Dias como Secretária-Geral Adjunta

Sinditamary define liderança para o biênio 2023/2025



O Conselho de Gestão Estratégica (CGE) do Sinditamary definiu os líderes que estarão à frente do grupo durante o biênio de 2023/2025. Em uma eleição unânime, João Melo foi escolhido para o cargo de Secretário-Geral, enquanto Fabianne

Dias assumirá a posição de Secretária-Geral Adjunta.

Segundo o Estatuto do sindicato, a atual composição do CGE terá a responsabilidade de estabelecer um regimento interno na primeira reunião subsequente à eleição do Secre-

tário-Geral e seu Adjunto. Nessa ocasião, serão discutidas as disposições estatutárias relativas ao modo de operação do conselho.

O Conselho de Gestão Estratégica (CGE) foi oficialmente estabelecido em 2021, e desde então tem

desempenhado um papel crucial na definição das diretrizes e no planejamento estratégico do Sinditamary. Agora, com a definição dos novos líderes, o CGE dará continuidade ao trabalho de gestão estratégica para o período de 2023 a 2025.

NOTAS

DÓLAR ATINGE MENOR VALOR EM MAIS DE UM ANO

EM MAIS UM DIA DE EUFORIA NO MERCADO FINANCEIRO, O DÓLAR ENCERROU ABAIXO DE R\$ 4,80, ATINGINDO O MENOR VALOR EM MAIS DE UM ANO. AO MESMO TEMPO, A BOLSA DE VALORES TEVE UM DESEMPENHO POSITIVO, CHEGANDO AO NÍVEL MAIS ALTO EM OITO MESES.

O DÓLAR COMERCIAL FECHOU ESTA SEGUNDA-FEIRA (19) VENDIDO A R\$ 4,776, APRESENTANDO UMA QUEDA DE R\$ 0,044 (-0,91%). MESMO COM O FERIADO NOS ESTADOS UNIDOS, A COTAÇÃO INICIOU O DIA ESTÁVEL, MAS AO LONGO DO DIA REGISTROU UMA QUEDA CONSISTENTE. NO PONTO MAIS BAIXO DA SESSÃO, POR VOLTA DAS 14H, CHEGOU A R\$ 4,76

ESSA É A MENOR COTAÇÃO DE FECHAMENTO DESDE 31 DE MAIO DO ANO PASSADO. COM O DESEMPENHO DESTA SEGUNDA-FEIRA, A MOEDA NORTE-AMERICANA ACUMULA UMA QUEDA DE 5,85% APENAS EM JUNHO. EM RELAÇÃO AO ANO DE 2023, A DIVISA JÁ RECUOU 9,55%.

NO MERCADO DE AÇÕES, O DIA TAMBÉM FOI MARCADO PELO OTIMISMO. O ÍNDICE IBOVESPA, DA B3, FECHOU EM 119.858 PONTOS, REPRESENTANDO UMA ALTA DE 0,93%.

CEF VAI COBRAR TARIFA PIX DE CLIENTES JURÍDICOS PRIVADOS A PARTIR DE JULHO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ANUNCIOU QUE, A PARTIR DO DIA 19 DE JULHO, IRÁ COMEÇAR A COBRAR TARIFA PIX DE SEUS CLIENTES PESSOA JURÍDICA PRIVADA. ESSA MEDIDA ESTÁ DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 30/2020 DO BANCO CENTRAL, QUE AUTORIZA A COBRANÇA DESDE NOVEMBRO DE 2020. DIVERSOS OUTROS BANCOS JÁ ADOTARAM A PRÁTICA DE TARIFAS PARA TRANSAÇÕES PIX.

EM COMUNICADO OFICIAL, A CAIXA RESSALTOU QUE NÃO IRÁ COBRAR TARIFAS DOS CLIENTES PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) E BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS. A INSTITUIÇÃO DESTACOU SEU COMPROMISSO EM OFERECER AS MELHORES CONDIÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS AOS CLIENTES, ENFATIZANDO QUE OS VALORES PRATICADOS PARA A TARIFA PIX ESTÃO ENTRE OS MENORES DO MERCADO. OS CLIENTES PODEM CONSULTAR OS VALORES NO SITE DA CAIXA E DO BANCO CENTRAL.

ESSA NOVA MEDIDA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL BUSCA ALINHAR-SE AO CENÁRIO ATUAL DO MERCADO FINANCEIRO, EM QUE A COBRANÇA DE TARIFAS POR TRANSAÇÕES PIX É UMA PRÁTICA JÁ ESTABELECIDADA POR DIVERSOS BANCOS.

Acordo de rescisão foi feito de forma amigável e a expectativa do Tricolor do Pici é oficializar o atacante nos próximos dias de São Paulo

Fim da novela: acertado com o Fortaleza, Marinho rescinde contrato com o Flamengo



Marinho e Flamengo finalmente chegaram a um acordo e o atacante não é mais jogador do clube Rubro-Negro. Após semanas de negociações, envolvendo afastamento e reintegra-

ção, a 'novela' finalmente chegou ao fim.

A rescisão foi realizada de forma amigável através do jurídico do Flamengo, que para liberar o atleta seis meses antes do fim do contrato, o Tricolor do Pici teve que desem-

bolsar cerca de R\$ 1 milhão e 900.

O atacante de 33 anos assinará contrato com o Fortaleza até janeiro de 2026. Entre salário e luvas, ele receberá mais de R\$ 20 milhões.

NOVA FUNÇÃO

APOSENTADO DOS GRAMADOS HÁ POUCO MAIS DE UM ANO, BETÃO CONCLUÍU NO INÍCIO DO MÊS O CURSO DE EXECUTIVO DE FUTEBOL NA CBF. ATUALMENTE, O EX-ZAGUEIRO É COORDENADOR TÉCNICO NAS CATEGORIAS DE BASE DO AVAÍ, FUNÇÃO QUE ASSUMIU AO ENCERRAR A CARREIRA, EM ABRIL DO ÚLTIMO ANO.

COMPRA

O CORITIBA COMPROU O MEIA MARCELINO MORENO POR R\$ 7,1 MILHÕES. O VALOR É POR 50% DOS DIREITOS ECONÔMICOS DO ATLETA DE 28 ANOS. O COXA FOI OBRIGADO A TOMAR UMA ATITUDE APÓS O ATLETA RECEBER UMA PROPOSTA DO RACING, DA ARGENTINA. NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO JUNTO AO ATLANTA UNITED, O CORITIBA TINHA DUAS OPÇÕES: EXERCER A OPÇÃO DE COMPRA EM 48 HORAS OU LIBERÁ-LO. OPTOU PELO INVESTIMENTO.



LANÇAMENTO ANIMAL

O VASCO LANÇOU, NESTA TERÇA-FEIRA (20), A RÉPLICA OFICIAL DA CAMISA DE EDMUNDO NA CONQUISTA DO TÍTULO BRASILEIRO, EM 1997. A CAMISA DA KAPPA SERÁ IDÊNTICA À QUE EDMUNDO USOU E FOI CAMPEÃO E ARTILHEIRO DO BRASILEIRO. EM UM PRIMEIRO MOMENTO, O TORCEDOR PODERÁ COMPRAR UM KIT EM HOMENAGEM AO ÍDOLO, COM A CAMISA, AUTÓGRAFO E OUTRAS SURPRESAS RELACIONADAS À CONQUISTA.

REFORÇO CHEGANDO

O ASA ANUNCIOU NESTA TERÇA-FEIRA (20), A CONTRATAÇÃO DO ATACANTE MATEUS MATIAS, DE 24 ANOS, QUE ESTAVA NO GIMHAE CITY, DA COREIA DO SUL. NO BRASIL, ATUOU EM CLUBES COMO CORINTHIANS E PONTE PRETA. MATEUS ATUOU NA BASE DO ABC E CHEGOU AO CORINTHIANS EM 2018. DEFENDEU A EQUIPE PROFISSIONAL EM QUATRO JOGOS, SENDO DOIS AMISTOSOS. NO ANO SEGUINTE, FOI EMPRESTADO AO CEARÁ E AO AVAÍ. EM 2020, PASSOU POR OESTE, SÃO BERNARDO E PARANÁ. NA TEMPORADA PASSADA, O ATACANTE DEFENDEU O SUB-23 DO TIMÃO ANTES DE IR PARA A PONTE PRETA.

JULGAMENTO STJD

GABIGOL, DO FLAMENGO, FELIPE MELO E FERNANDO DINIZ, DO FLUMINENSE, FORAM JULGADOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA (STJD) NESTA TERÇA-FEIRA (20), POR FATOS OCORRIDOS NO PRIMEIRO FLA-FLU DAS OITAVAS DE FINAL DA COPA DO BRASIL. O JOGO ACONTECEU NO DIA 16 DE MAIO. O TRIO NÃO TERÁ QUE CUMPRIR SUSPENSÕES. GABIGOL E FELIPE MELO FORAM ABSOLVIDOS, ENQUANTO O TREINADOR FERNANDO DINIZ TEVE A PUNIÇÃO DE UM JOGO MANTIDA.



GANCHO

Exame realizado após o jogo contra o River Plate, no Maracanã, pela Copa Libertadores, deu resultado positivo para a substância



Zagueiro Manoel, do Fluminense, é suspenso pela Conmebol por Doping

O Fluminense anunciou que a Conmebol suspendeu o zagueiro Manoel por doping. A entidade sul-americana avisou ao clube que o exame do zagueiro acusou a presença da substância ostarina na goleada sobre o River Plate por 5

a 1, dia 2 de maio, pela Libertadores, no Maracanã, quando ficou somente no banco de reservas. Manoel já pediu a contraprova da amostra.

O zagueiro tem a sua primeira audiência marcada para o próximo dia 28 de junho

e o clube carioca disponibilizou a equipe jurídica para auxiliar o jogador. Como está suspenso preventivamente, Manoel ficará fora de, no mínimo, três jogos: Atlético-MG (21/06), Bahia (24/06) e Sporting Cristal (27/06).

A ostarina é uma substância que tem ação anabolizante, trabalhando no ganho de massa muscular, força e aumento nos níveis de performance. Esta foi a mesma que afastou a Tandara nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2021, gerando punição inicial de quatro anos.